

A CRIATIVIDADE TOPONÍMICA DO POVO CARIOCA

João Baptista Ferreira de MELLO

NeghaRIO – Núcleo de Estudos sobre Geografia Humanística, Artes e Cidade do
Rio de Janeiro

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua São Francisco Xavier, 524 sala 4118 F

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

neghario@uol.com.br

Resumo

A comunicação, afinada com os princípios da geografia humanística, utiliza toponímias oficiais e vernaculares como instrumentos de análise. Trata-se de uma outra maneira de se entender a geografia da alma do povo, uma vez que os nomes oficiais são impostos e mesmo assimilados. Por outro lado, os indivíduos e grupos sociais, por vezes, rejeitam ou desconhecem nomenclaturas difundidas pela administração pública criando suas próprias e ricas denominações. Seja como for, as toponímias estabelecem conexões decodificando e traduzindo o passado e o conectando ao presente. Do mesmo modo, a criatividade das pessoas eleger ricas, por vezes, simples, chulas ou grosseiras toponímias revelando posse, memória, simbolismo, querência e intimidade com os lugares da Cidade Maravilhosa de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Abstract

The communication, sharpened with the principles of humanistic geography, uses official toponyms and vernacular as analysis instruments. Treated about another way of understanding the geography of the people's soul, once the official names are imposed and even assimilated. On the other hand, the individuals and social groups, on occasions, reject or are unaware of nomenclatures spread out by the public administration creating their proper and rich denominations. As it will be, the toponyms establish connections decoding and translating the past and connecting to the present. In a similar way, the creativity of the people elect rich, for times, simple, rude or coarse toponyms disclosing ownership, memory, symbolism, affection and intimacy with the places of the Wonderful City of Sao Sebastiao do Rio de Janeiro.

palavras – chave: toponímias – Rio de Janeiro – geografia humanística

Esta comunicação procura apontar a oralidade como um atalho para a compreensão da geografia da alma do povo, seja no âmbito das toponímias oficiais, seja no que diz respeito às nomenclaturas criadas no cotidiano vivido e que ganham expressão e ressonância em uma cidade como o Rio de Janeiro, afeita a manifestações culturais de intensos pulsares. Nesta trilha, o texto se insere na galeria de estudos do horizonte humanístico em geografia. Esta corrente adaptando reflexões filosóficas da fenomenologia e da hermenêutica adota o lugar como conceito chave. A defesa para tal filiação se prende ao fato de que nomear os lugares significa adesão, posse, querência e intimidade. Neste turbilhão, a cidade em seus nichos ou em sua dimensão passa a ser reconhecida por nomes, formais ou informais, nas mais diversas escalas e esferas. A idéia encontra apoio na noção fenomenológica de mundo vivido, ou seja, um todo indissociável formado por pessoas, amigos, turistas, conhecidos, base territorial, eventos, pertences, aromas, sons, artefatos, “canções que minha mãe me ensinou” e toda sorte de evocações que permite a pessoa sentir-se em casa (SCHUTZ, 1979; MELLO, 2000).

Da noção filosófica de mundo vivido, a geografia humanística buscou elementos para decifrar a complexidade existencial ou intersubjetiva do lugar. Centro de apoio, referência e ação, afora estabilidade e confinamento, o lar ou lugar integra o âmago dos nossos seres. Adentrar em um lar/lugar para elucidar a aceitação, permanência, criação e resistência aos nomes do lugares é, portanto, a questão a ser percorrida nestas linhas. Nestas condições, o lar, em suas diversas expressões e denominações, cristaliza-se como um lugar e em toda a sua magnitude. Por um lado, por ser um refúgio íntimo, proclamado e querido, trançado por laços de afinidade e de grande significado e, ao mesmo tempo, impregnado por experiências do passado e do presente. Por conseguinte, o Rio de Janeiro prossegue sendo explorado com desenvoltura e proclamado em livros, jornais, canções, teses, artigos, folhetos, cartazes, na linguagem vernacular e, entre outros, até mesmo na rede internet (LESSA, 2000, MELLO, 1990; 1991; 2000; 2002; MOURA, 1983; SCHUTZ, 1979; TUAN, 1980; 1983; 1984; 1998).

As idéias acima conduzem ao perfilamento com o horizonte humanístico. Assim sendo, o lugar – somatório das dimensões simbólicas, emocionais, políticas, culturais e biológicas – tornou-se o conceito-chave com vistas ao desvelar de nossas geografias. Para tal entendimento, as diretrizes oficiais e as manifestações culturais

são ricas e oriundas das mais diversas procedências. Com efeito, pode-se ressaltar, a força e os significados registrados nos hábitos e na linguagem de toda gente emergem do íntimo de suas almas, a partir de vivências, concepções e solidariedade, longe da dicotomia sujeito-objeto e na plenitude ou carregados de emoção sobre o entendimento e o significado dos lugares (BUTTNER, 1985a; 1985b; 1991; TUAN, 1998).

Como se sabe, as palavras podem permitir múltiplas interpretações. Os geógrafos precisam estar atentos ao lidar com vocábulos ou expressões formais ou informais. A linguagem é, muitas vezes, ambígua, entrecortada de valores, símbolos, alegorias e metáforas. Os especialistas da corrente humanística não lidam com aspectos precisos/ certinhos/ concretos. A fenomenologia empenhada em desbravar os meandros dos significados e da qualidade de vida humana no mundo vivido (BUTTNER, 1979) serve como via para a compreensão de tais geografias. Todavia, vale frisar, as fronteiras entre as filosofias do significado (fenomenologia e hermenêutica) não são muito rígidas. Por isso mesmo, Rose (1981) sublinha que vários geógrafos, entre eles Buttner, muito embora se identifiquem como fenomenologistas, exibem o movimento hermenêutico de maneira inconfundível. De todo modo, como nas palavras de Soares (1988:105) sendo a hermenêutica múltipla e plural é possível ou mesmo “lícito admitir a presença de teorias hermenêuticas em obras não dedicadas expressamente ao tema”.

Etimologicamente hermenêutica significa afirmar, proclamar, esclarecer e traduzir. De acordo com Palmer (1970: 23), as raízes deste vocábulo residem no verbo grego *hermeneuein*, usualmente traduzido por “interpretar” e no substantivo *hermeneia*, “interpretação”. As duas palavras encontram-se em muitos textos da Antiguidade e remetem ao deus-mensageiro-alado Hermes, associado a “tudo aquilo que ultrapassa a compreensão humana em algo que essa inteligência consiga compreender” (PALMER, 1970: 24). Hermes – a quem os gregos atribuíam a descoberta da linguagem e da escrita – em sua função anunciadora, era o responsável em trazer a mensagem do destino, sendo até mesmo considerado o mensageiro de Deus para com os homens, na medida em que dizer, afirmar ou proclamar sugere um relevante ato de interpretação (PALMER, 1970: 25). Por conseguinte, como herança e tradição, o hermenêuta era o sábio com a tarefa de traduzir as mensagens bíblicas para uma linguagem corrente.

Neste ponto, cabe dizer, as questões ainda não respondidas sobre o relacionamento entre as filosofias do significado e a geografia são diversas e complexas. Por vezes, a fenomenologia e a hermenêutica oferecem mais ambigüidade do que clareza em vários pontos essenciais e determinantes. Como assinala Buttimer (1985:190) “se elas podem levar-nos em direção a uma orientação humanística com base experiencial, no âmbito da disciplina, isso depende de muito mais investigação empírica”.

Consideremos no âmbito das ambições deste texto algumas evidências sobre o nome dos lugares na cidade do Rio de Janeiro. Na ex capital do país, a fértil criatividade de seu povo reflete-se, igualmente, através do repertório oral. A cidade conjuga em sua toponímia a referência a um acidente geográfico e ao mês no qual foi primeiramente aportado pelos brancos na aurora do século dezesseis. Sua origem, no entanto, carece de sustentabilidade, na medida em que, os lusos, exímios cartógrafos e desbravadores de terras e mares até então incógnitos, dificilmente confundiriam a estreita entrada da baía de Guanabara com a foz de um curso fluvial. Neste contexto, seria pertinente lembrar que, o vocábulo rio, no idioma português arcaico, era sinonímia de barra, possuindo uma amplitude semântica superada na atualidade, ou até mesmo podendo confundir-se, mais remotamente, à idéia de ria, braço de mar com recortes profundos que se presta à navegação. Seu nome composto singra, igualmente, ambigüidades por contemplar o mês inaugural de cada ano, prática inusitada entre os portugueses. Na realidade, assim procediam os franceses nomeando os lugares com datas. De toda sorte, foram os franceses, humanistas-protestantes, determinados em promover a utopia tropical da França Antártica que criaram a Henriville, situada nos domínios de Uruçumirim, atual bairro do Flamengo, e nas ilhas do recôncavo da Guanabara (COSTA, 1965; GERSON, 2000; MARIZ; PROVENÇAL, 2000; FERREIRA DOS SANTOS, 2003; ELMALAN, 2004).

Neste contexto, o Rio de Janeiro foi forçosa e oficialmente fundado pelos portugueses nos idos de 1565. O evento tinha como meta eliminar os arroubos do projeto francês de uma civilização plena de respeito às diferenças e sob o comando do católico Villegagnon, que entendia ser possível a união entre os seguidores das igrejas cristãs, a partir desse período vivendo os embates da Reforma. A posição da urbe era extraordinária, porquanto na entrada da baía era possível avistar os

intrusos estrangeiros, bem como os indígenas, afora um efetivo controle da Guanabara. Ao lado disso, se derrotados, os portugueses poderiam escapar pelo Oceano Atlântico. No entanto, a exigüidade do sítio provocou a transferência da cidade para a encosta do morro do Castelo, cercado de áreas alagadiças e o próprio mar, um observatório natural, por excelência, de grande serventia para as estratégias militares. A efeméride aconteceu justo em 20 de janeiro de 1567, momento da expulsão dos invasores, somada à submissão indígena e dia daquele que se tornaria o padroeiro da cidade legalmente intitulada de São Sebastião do Rio de Janeiro. Mais que uma homenagem ao infante Dom Sebastião e ao santo, os lusitanos, assim, recorriam ao soldado-mártir, morto a flechadas, e suplicavam sua proteção contra as armas de arremesso dos autóctones da Terra de Santa Cruz, estabelecidos no entorno da sinuosa baía de Niterói (água escondida), mais tarde, Guanabara (MELLO, 1991; LESSA, 2000) .

No vale do Rio de mistérios, encantos, tempos, ambivalências, obras, desesperanças e amores desmedidos, a cidade ganhou expressão graças à diversidade de sua fauna e flora, ao talento de seu povo, aos delírios e ações dos persistentes aterros, derrubada de elevações, abertura de túneis e desbravamento no âmbito de sua organização espacial. Fonte e desaguadouro de uma cultura que pulsa e ecoa por todo o país, nesta torrente de trabalho, conflitos, paixões e a lida trivial do mundo vivido floresceram centralidades de diversos portes, esferas e escalas, bem como símbolos de toda ordem. Seguindo o rumo desse Rio, a presente comunicação procura desvendar alguns meandros e formações toponímicas de grande querência que abrangem corações e mentes de indivíduos e grupos sociais. Envolto em uma ciranda de movimentos e pausas, o estudo procura enquadrar a força impetuosa e afetiva que assumiu expressão na alma do povo do Rio e daqueles que comungam com a sua grandeza. Nesse curso, prossigamos não apenas com este corte afetivo, prático e rápido, quando o carioca resume o seu mundo vivido apenas à palavra Rio, mas focalizemos, também, a maneira pomposa, altiva do seu povo e dirigentes quando conciliam o nome oficial da urbe à expressão cunhada por Coelho Neto, “Cidade Maravilhosa”, nos idos de 1908, e ratificada nos acordos de André Filho, na empolgante marchinha homônima de 1934 com retumbante arranjo de Pixinguinha e a voz de Aurora Miranda. O somatório nos conduz à fabulosa toponímia Cidade Maravilhosa de São Sebastião do Rio de

Janeiro agregando celebração, santidade, beleza, orgulho e intimidade (COELHO NETO, 1928; MELLO, 1991).

Como se sabe, as pessoas distinguem o(s) seu(s) mundo(s) vivido(s) com apelidos e nomes informais. Tais envolvimentos que brotam com a experiência, a confiança e a afeição revelam intimidade. Por isso mesmo, os lugares são entes queridos merecedores de considerações especiais. O homem, também, experiencia locais nomeados por outros e a ele passados, notadamente pela educação informal e as imposições da administração pública. Designar com nomes, na tradição judaica, significa ter domínio. Os seres humanos dotam com qualificativos as montanhas, os rios, as províncias e os continentes. Essa relação de domínio e intimidade é preciosa, pois contribui para os estágios de pertencimento e interiorização, relevantes no processo de amor ao lugar vivido, ou seja, à sua própria geografia (TUAN, 1983, 1984, FERREIRA DOS SANTOS, 1987, MELLO, 1991, 2000).

Prossigamos no rumo do Rio e focalizemos sua organização interna através da oralidade. Expressões e palavras fazem parte do vocabulário do carioca como “vou descer”, “vou subir” ou “vou à Cidade”, indicando direção ou procedência em relação à Área Central, popularmente denominada de Centro ou Cidade. O emprego de tais expressões, em qualquer outro ponto do município, assoma de forma desconcertante tendo em vista, ser o mesmo, em toda a sua plenitude, oficialmente urbano. Trata-se de um meio peculiar e comum, possivelmente um legado dos tempos do Rio Colonial, quando o seu acanhado espaço urbano, propriamente dito, restringia-se à Área Central da atualidade. O carioca, do mesmo modo, aponta como sinonímia os vocábulos morro e favela. Na realidade, o acidente geográfico – morro – e o fenômeno da favelização se confundem na vida de relações da cidade, a partir de 1893, com a ocupação, respectivamente, dos morros de Santo Antônio e da Providência, por soldados da Revolta da Armada (1893) e egressos da Campanha de Canudos (1897). A cidade passou, tempos depois, a denominar indiscriminadamente morro e favela, conseqüência de uma situação muito própria, qual seja a de um tipo de segregação espacial singular, com as pessoas de baixa renda ocupando, de maneira alternativa, as vertentes das montanhas, com seus barracões de madeira e zinco, outrora, e, ultimamente, casas de alvenaria, muitas delas inacabadas, em meio a vielas e becos, diferindo de outras cidades do Planeta, cujo tripé de amenidades, ou apenas um de seus itens - mar-verde-montanha –

constitui elemento de atração para os estratos de renda privilegiados. Desse modo, morro e favela confundem-se igualmente no linguajar da gente do Rio (ABREU, 2006, CORRÊA, 1989).

As situações acima encontram um traço comum na cidade. Todavia, o qualitativo tijucano apresenta uma condição notável, pois apenas os moradores da Tijuca, bairro de classe média da zona norte, são assim nomeados, havendo uma única aproximação com o gentílico suburbano, distinção conferida aos habitantes dos bairros pertencentes aos subúrbios da cidade.

No trato do uso dos nomes dos lugares, alguns deles podem ser transitivos ou duradouros, sofrer uma espécie de torpor ou até mesmo fenecer, ao sabor das oscilações periódicas e de outras injunções. O exemplo do Andaraí é notório. Por questão de status, o bairro situado junto ao Grajaú e à Tijuca cada vez mais perde os seus domínios territoriais para estes bairros, seja por sugestão ou imposição dos incorporadores imobiliários, que veiculam partes de sua porção espacial como pertencentes aos citados bairros, com o objetivo de auferir lucros mais expressivos ou até mesmo por uma propagação “boca a boca”, de modo que, nas próximas décadas, é possível que o Andaraí “seja riscado do mapa”, em detrimento do bairro do Grajaú, criado sob o modelo da cidade-jardim ou da Tijuca, aristocrático bairro, no passado, e, hodiernamente, vale repetir, reduto de classe média. Na trilha de eliminações, mesmo no âmbito intra-bairro, nomes oficiais são informalmente abandonados. Recorde-se, por exemplo, o costume do tijucano ao se referir à “Praça”. O bairro possui algumas praças, mas sabe-se que tal menção deve-se basicamente ao logradouro oficialmente denominado Praça Saens Peña, com sua cadeia de estabelecimentos comerciais e de serviços configurando um subcentro de rua de grande magnitude (MELLO, 1991, CORRÊA, 1999; ABREU, 2006).

O rol de ilustrações do vocabulário carioca contempla mutilações como aqueles referentes a Copacabana, Copa, o qual reúne a maior aglomeração de pessoas no Rio de Janeiro, por ocasião do reveillon, traduzindo uma centralidade extraordinária nesta “meca turística”, síntese do país, a “princesinha do mar”, cantada e decantada em verso e prosa pelos compositores Braguinha e Alberto Ribeiro, que lhe conferiram este título de nobreza no samba “Copacabana”, registrado pela indústria fonográfica ao final dos anos quarenta (MELLO, 1991).

Do mesmo modo, íntimo e pleno de cortes, encontram-se o estádio esportivo do Maracanã - situado no bairro do mesmo nome – e popularmente chamado de “Maraca”, em meio ao complexo esportivo que abriga não apenas o estádio de futebol, oficialmente denominado Mário Filho, em homenagem ao jornalista, bem como o ginásio esportivo do Maracanãzinho, edificado para a prática de basquete e vôlei, e tendo outras serventias como festivais, formaturas, certames de beleza, shows e assim por diante. Sua denominação para a administração pública, ginásio Gilberto Cardoso, deve-se à sua morte, no interior de suas dependências, junto à quadra, quando o então presidente do Clube de Regatas do Flamengo sofreu um infarto fulminante ao assistir a agremiação a qual administrava sagrar-se campeã com uma cesta no último segundo de uma admirável partida de basquete. O complexo esportivo abriga, igualmente, o estádio Célio de Barros, para as competições de atletismo e o Parque aquático Júlio Delamare, em honra a este outro jornalista, cujas nomenclaturas oficiais são constantemente lembradas tão somente pelos meios de comunicação.

No Rio de Janeiro, nomes oficiais são, por vezes, absolutamente, ignorados. Nesta fileira encontram-se o Campus da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) cuja denominação Campus Francisco Negrão de Lima é de desconhecimento da maioria dos seus freqüentadores. Outros exemplos são notórios como o do Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, popularmente chamado de Aterro do Flamengo e a Avenida Darcy Ribeiro insistentemente difundida pela mídia e pelos sambas enredo como Marquês de Sapucaí ou, simplesmente, Sapucaí. Trata-se de um perímetro cultural-educativo fixado em uma antiga área residencial que, passou a deter, em 1984, o chamado Sambódromo ou Passarela do Samba, por sugestão do antropólogo e vice governador da gestão Leonel Brizola. Tal construção, fixada em uma esplanada surgida onde anteriormente se encontrava a referida via, conta com a assinatura e concepção do renomado arquiteto Oscar Niemeyer, cujas instalações funcionam durante o restante do ano como área para espetáculos e um conjunto de escolas por Darcy Ribeiro denominado de “escolódromo”.

Experiência, urgência e habilidade conduzem a posturas diversas no dia-a-dia. Nestas condições, um santuário majestoso, como o de Nossa Senhora da Candelária, e suas cercanias, na confluência no centro financeiro e de gestão e o

centro histórico beira-mar, passam a ser apenas Candelária, em razão da força simbólica dos seus eventos como concentração para as passeatas com vistas às reivindicações políticas, palco para comícios, o vai-e-vem diário e, evidentemente, os rituais religiosos de grande respeitabilidade.

Os nomes dos lugares ganham expressão no âmbito do Poder Público e na esfera popular. Como se sabe, o Estado e os grupos dominantes constroem artérias, parques e monumentos em diversas escalas, bem como inventam rituais que possam perpetuar sua relevância e um passado de glórias. Estes e outros emblemas manifestam-se como veículos de ações do poder constituído e manutenção do status quo, contribuindo, igualmente, para legitimar novas vias de compreensão de um passado triunfante ou a reconstrução de lendárias geografias. Trata-se, por seu turno, de uma maneira das elites ratificarem o papel dos lugares e símbolos por elas criados ou mesmo apropriados. A memória pública, por sua vez, impregnada pela ideologia oficial, envolve-se em meio à emoção, aderência e posse, assimilando e comungando com a toponímia imposta. Mas, as determinações oficiais e do capital não restringem nossas experiências no espaço e no lugar. Neste contexto, os indivíduos e os grupos sociais, por vezes, reagem, recriando com sabedoria, simplicidade ou mesmo galhofa novos significados toponímicos. A academia tem negligenciado este canal relevante para a compreensão do entendimento deste saber popular no qual os mundos vividos surgem dessa construção intelectual que deriva de nossas relações/posse com os artefatos. Mas, a força vernacular floresce e ecoa consagrando a memória dos lugares. Trata-se, em seu conjunto, de celebração, êxito e contestação (MELLO, 1990; MERRIFIELD, 1997; JOHNSON, 2004) .

As toponímias oficiais são, evidentemente, reconhecidas pela população de um modo geral. Mas, as pessoas, igualmente contestam o aparelho de Estado no que tange às toponímias oficiais com sentimento, criatividade, entendimento e uma linguagem que transforma à sua maneira e perdura no tempo. As camadas populares cultivam símbolos que lhes são transmitidos, mas elegem ou propalam a memória simbólica dos lugares.

Ingressemos nas galerias toponímicas e simbólicas na qual o carioca despidoradamente prossegue cultuando a memória de um passado recente.

Estamos falando da Cidade Nova. Esta porção da periferia da Área Central guarda camadas de aterros, vivências, sofrimentos, intervenções urbanísticas, conteúdos sociais e usos múltiplos. Remotamente o citado bairro era domínio do mangal de São Diogo, uma reunião de mangues, que se espraiava da atual Praça da Bandeira, à Rodoviária Novo Rio para citar alguns de seus trechos. Sua denominação contrastava com a cidade velha cujos limites, em terra firme, encontravam-se um pouco além do Campo de Santana. Com os aterros e a posterior deterioração de seu casario atraiu, paulatinamente, nas últimas décadas do século retrasado, a zona do baixo meretrício. Sua nomenclatura passou, então, a ser Mangue, com diversas ruas abrigando um sem número de bordéis. Nos anos sessenta e setenta do século vinte com a chamada destruição e/ou mutilação dos “bairros que estão no meio do caminho”, o Mangue foi arrasado ressurgindo a Cidade Nova com torres modernas e logradouros alinhados sob a perspectiva de um espaço voltado para atividades administrativas. Neste contexto - ao longo de um processo - forma, função e conteúdo social foram absolutamente metamorfoseados (SANTOS, 1988; 1987; CORRÊA, 1986; ABREU, 2006). Para o povo, no entanto, o estigma do passado persiste. Nesta trilha, o Centro Administrativo São Sebastião do Rio de Janeiro, uma torre de diversos andares, abrigando as dependências da Prefeitura e diversas secretarias de educação e cultura, por exemplo, tem sido reconhecido como “Piranhão”, em referência às prostitutas que lá se encontravam na extinta zona do Mangue. Seu prédio anexo ganhou a alcunha de “Cafetão”. Entre o “Piranhão” e o “Cafetão”, a parte arborizada, encontra-se a “Praça do Orgasmo”. Os apelidos são alusivos às pessoas, prazeres e pertences do mundo da prostituição. Neste memorial deliciosamente devasso, a torre pós-moderna do Teleporto, contemplando empresas de telemarketing, dependências da Petrobrás e outros órgãos, recebeu o epíteto de “viadinho”. O prédio espelhado da Bradesco Seguros o apelido de “penteadeira de puta” e o edifício da agência central dos Correios, a alcunha de bibelô. Quer dizer, a pecha do passado permanece em alusão ao endereço pretérito da prostituição e os nomes oficiais, contraditoriamente, desconhecidos do grande público que utiliza uma linguagem grosseira, chula, desreprimida e, ao mesmo tempo, magnificamente inventiva contribuindo, pela via oral, para perpetuar a memória simbólica que articula o passado da prostituição ao presente nesta porção da urbe carioca que, hoje, abrigando o centro administrativo se constitui em um avanço do núcleo central sobre a sua periferia (MELLO, 2003).

Para finalizar, podemos dizer que, diante dos resultados compilados, o carioca com particular sapiência, mutila ou acrescenta vocábulos e toponímias ao seu lugar vivido estabelecendo conexões, decodificando e traduzindo um passado e o conectando ao presente ou elegendo terminologias simples e criativas para os lugares da Maravilhosa Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Referências

- ABREU, M. A. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2006.
- BUTTNER, A. Values in geography. Washington: Association of American Geographers (Commission on College Geography) Research Report, nº 24, 1974.
- BUTTNER, A. Erewhon or nowhere land. In: GALE, S. and OLSSON, G. Philosophy in geography. Dordrecht, Holland, D. Reidel Publishing Company, 1979. p. 9-37.
- BUTTNER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. Perspectivas da geografia. São Paulo: Difel, 1985. pp. 165-193.
- BUTTNER, A. Hogar, campo de movimento y sentido del lugar. In: GARCÍA RAMON, M^a. D. Teoría y método en la geografia humana anglosajona. Barcelona: Ariel, 1985b. pp. 227-241.
- BUTTNER, A. Geography, humanism, and global concern. Annals of the Association of American Geographers. 80 (1):1-33, 1991.
- COELHO NETTO, H. M. Cidade Maravilhosa. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1928, 159 p.
- CORRÊA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1999 94 p.
- COSTA, N. O Rio através dos séculos: a história da cidade em seu IV centenário. Rio de Janeiro: Edições Cruzeiro, 1965.
- ELMALAN, S. *Villegagnon ou a utopia tropical*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- FERREIRA DOS SANTOS, É. No meio do caminho há uma Cidade Nova. *Dissertação (Mestrado em Geografia)*. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 2003.
- GERSON, B. História das Ruas do Rio. Rio de Janeiro: Lacerda. 2000.
- JOHNSON, N. C. Public memory. IN: DUNCAN, J.; JOHNSON, N. C. A companion to cultural cultural geography. Oxford, Blackwell, 2004.
- LESSA, C. **O Rio de todos os Brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- MARIZ, V.; PROVENÇAL, L. Villegagnon e a França Antártica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- MELLO, J.B.F. de. Geografia humanística: A perspectiva de experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 52(4)91-115, 1990.
- MELLO, J.B.F. de. O Rio de Janeiro dos compositores da música popular brasileira - 1928/1991 - uma introdução à geografia humanística. Orientador: Roberto Lobato Corrêa. *Dissertação (Mestrado em Geografia)*, UFRJ, 1991. 301 p.
- MELLO, J.B.F. de. A humanização da natureza: uma odisséia para a (re)conquista do paraíso. In: SILVA, S. T.; MESQUITA, O. V. Geografia e Questão Ambiental. Rio de Janeiro, IBGE, 1993. pp. 31-40.

- MELLO, J.B.F. de. Dos espaços da escuridão aos lugares de extrema luminosidade – o universo da estrela Marlene como palco e documento para a construção de conceitos geográficos. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- MELLO, J.B.F. de. Explosões de centralidades na cidade do Rio de Janeiro. In: MARAFON, Glaucio; RIBEIRO, Marta Foeppe (orgs.). Estudos de geografia fluminense. Rio de Janeiro: Infobook, 2002, p. 112-126.
- MELLO, J.B.F. de. Símbolos dos lugares, dos espaços e dos “deslugares”. Espaço e Cultura, n. 16. 2003, p. 64-72.
- MERRIFIELD, A. Between process and individuation: translating metaphors and narratives of urban spaces. *Antipode*, 29 (4), 1997, pp. 417-436.
- MOURA, R. Tia Ciata e a pequena África do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983. 110 p.
- PALMER, E. Hermenêutica. Edições 70. São Paulo: Martins Fontes, 1970.
- ROCHA, O. P. A era das demolições - cidade do Rio de Janeiro 1870/1920. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1986. 120 p.
- ROSE, C. Wilhem Dilthey's philosophy of historical understanding: a neglected heritage of contemporary humanistic geography. In: STODDART, D. R. Geography, Ideology and social concern. Oxford: Brasil Blackwell, 1981, p. 99-113.
- SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988, 124 p.
- SCHUTZ, A. Fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, 319 p.
- SIEBENEICHLER, F. B. Fenomenologia e hermenêutica. In: CAPALBO, C. Fenomenologia e hermenêutica. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, pp. 9-33, 1983.
- SOARES, L. E. Hermenêutica e ciências humanas. In: Estudos Históricos. Caminhos da historiografia. São Paulo: Vértice, 1988, p. 100-142.
- TUAN, Y. F. Topofilia. São Paulo: Difel, 1980. 228 p.
- TUAN, Y. F. Espaço e lugar. São Paulo: Difel, 1983. 250 p.
- TUAN, Y. F. Dominance and Affection: The Making of Pets. New Haven: Yale University Press, 1984. 193 p.
- TUAN, Y. F. A view of geography. *Geographical Review*. 81 (1):99-106, 1991.
- TUAN, Y. F. Escapism. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998. 245 p.